

RESUMO EXECUTIVO

TRANSPORTE DE CARGAS: ABRINDO NOVOS CAMINHOS

Em um novo ciclo de expansão da economia, o setor produtivo nacional deverá enfrentar um conjunto de importantes restrições físicas e logísticas a seu crescimento, com impactos diretos sobre sua competitividade.

A despeito dos importantes avanços realizados com a transferência para a iniciativa privada da exploração de aeroportos, ferrovias, terminais portuários e trechos rodoviários, persiste um baixo nível de investimentos e uma série de restrições à livre operação dos serviços de transporte. Temos sérios problemas nos transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário (portos, hidrovias e cabotagem).

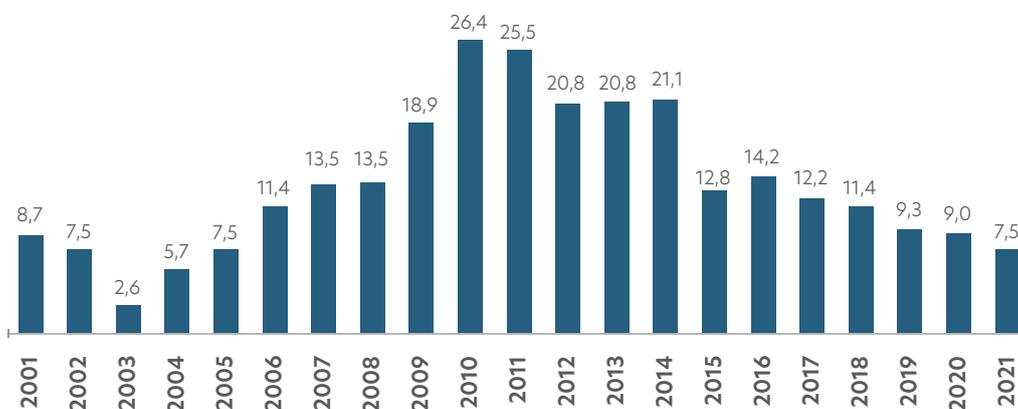
Essa situação não permite ao Brasil pôr em prática os novos esquemas de logística adotados em outros países e, conseqüentemente, se beneficiar das fortes reduções de custo, proporcionadas por técnicas mais eficientes de gerenciamento dos sistemas de

transporte. Como consequência, os custos logísticos no Brasil são bastante superiores à média praticada no mercado, o que penaliza o setor produtivo nacional ante seus competidores mundiais.

Existe o consenso de que os atuais desafios a serem superados, no setor de transportes, dependem de mudanças no sentido de avançar no planejamento, reduzir a burocracia e os entraves ao investimento privado. Em uma realidade de intensa restrição fiscal, é essencial para o país se contrapor às falhas de Estado com uma maior participação da iniciativa privada, tanto nos investimentos, como na gestão da infraestrutura.

A agenda de propostas contempla melhorias no planejamento e no ambiente institucional, transversais entre os modais de transporte, e propostas específicas por modal.

Evolução dos investimentos executados pelo Ministério da Infraestrutura/Transportes, Infraero e Cias. Docas Federais - Valores Constantes (R\$ bilhões)*



* Refere-se ao total pago pela pasta com recursos autorizados no exercício orçamentário e com restos a pagar ao final de cada ano. Valores atualizados com base no IPCA.

Fonte: Elaborado pela CNI, com dados do Siafi/Contas Abertas.

PRINCIPAIS PROPOSTAS

Planejamento e Ambiente Institucional

- Manter uma unidade estruturadora de projetos de infraestrutura, responsável por realizar estudos e avaliar os projetos de infraestrutura selecionados, nos moldes do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).
- Enfrentar o problema das obras paradas.
- Fundir a ANTT com a Antaq como forma de aprimorar a eficácia e a qualidade da atuação regulatória no setor de transportes.

Transporte Rodoviário

- Tornar referencial a planilha de frete rodoviário em vez de impositiva.
- Dar prioridade aos trechos de rodovias com mais acidentes nos planos de investimento do governo.
- Agilizar a implementação do Documento de Transporte Eletrônico (DT-e), como forma de reduzir a burocracia na contratação do transporte rodoviário.

Transporte Marítimo, Hidrovias e Setor Portuário

- Privatizar as administrações portuárias públicas.
- Implementar o regime de outorgas ao setor privado para gestão de trechos hidroviários.
- Autorizar em lei a regulação pela Antaq do preço dos serviços de praticagem.
- Avançar em medidas que reduzam o custo e aumentem a transparência dos procedimentos do transporte marítimo internacional.

Transporte Ferroviário

- Avançar na regulamentação da Lei das Ferrovias e aprimorar a regulação setorial.
- Imprimir agilidade e eficiência ao processo de devolução e reativação dos trechos ferroviários atualmente sem tráfego.

Transporte Aéreo

- Dar continuidade ao processo de privatização dos aeroportos nacionais.
- Reforçar o papel da Anac para ampliar a transparência das cobranças e coibir preços abusivos dos serviços específicos.



Veja as propostas na íntegra no documento, que pode ser acessado por meio do QR code ao lado ou em: <http://cni.com.br/eleicoes2022/propostas/>